



CELSEPAR - Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Diretores da **CELSEPAR - Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A.** Aracaju – SE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CELSEPAR - Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como individual e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CELSEPAR - Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 16 de Maio de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda CRC SP-014428/F-7

Rafael Antônio Independente
Hildebrando de Oliveira Abreu
Contador CRC BA-029520/O-7

CELSEPAR - Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	nota	Controladora		Consolidado			nota	Consolidado		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020		
Ativo						Passivo					
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.033	589	224.487	291.911	Fornecedores	17	-	-	557.736	313.493
Aplicações financeiras	8	-	-	689.076	454.114	Empréstimos e financiamentos	18	516.081	276.971	1.103.953	428.478
Contas a receber	9	-	-	684.571	279.223	Debêntures	19	-	-	97.935	258.026
Imposto de renda e contribuição social	10	-	-	9.219	9.183	Imposto de renda e contribuição social	10	-	-	3.482	-
Impostos a recuperar	10	-	-	42.885	10.238	Impostos a recolher	21	-	-	78.902	14.190
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	3.711	4.217	Arrendamentos a pagar	20	-	-	71.687	99.430
Instrumento financeiro derivativo	12	-	12.210	-	12.210	Outras contas a pagar	-	-	-	21.396	10.870
Estoque	11	-	-	62.162	6.193	Total do circulante		516.081	276.971	1.935.091	1.124.487
Outros créditos	13	-	-	48.212	17.015	Não circulante					
Total do circulante		1.033	12.799	1.764.323	1.084.304	Empréstimos e financiamentos	18	314.226	407.512	2.260.856	2.242.676
Não circulante						Debêntures	19	-	-	2.401.384	2.313.015
Custos com captação de empréstimos	18	-	-	2.779	-	Partes relacionadas	23	23.375	21.032	23.375	21.032
Imposto de renda e contribuição social diferido	10	-	-	235.303	123.273	Arrendamentos a pagar	20	-	-	3.421.261	3.129.259
Adiantamento para imobilizado	14	-	-	329.679	250.056	Total do não circulante		337.601	428.544	8.106.876	7.705.982
Outros créditos	-	-	-	780	764	Patrimônio líquido					
Investimentos	15	1.843.821	2.032.728	-	-	Capital social	24	1.727.908	1.727.908	1.727.908	1.727.908
Imobilizado	16	-	-	8.700.096	8.711.897	Reserva Especial	24	-	-	36.346	36.346
Intangível	-	-	-	179	187	Prejuízo acumulado	24	(736.736)	(387.896)	(773.082)	(424.242)
Total do não circulante		1.843.821	2.032.728	9.268.816	9.086.177	Total do patrimônio líquido		991.172	1.340.012	991.172	1.340.012
Total do ativo		1.844.854	2.045.527	11.033.139	10.170.481	Total do passivo e patrimônio líquido		1.844.854	2.045.527	11.033.139	10.170.481

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CELSEPAR - Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita operacional líquida	25	-	-	3.623.735	1.732.994
Custos operacionais	26	-	-	(2.618.452)	(1.288.639)
Lucro Bruto		-	-	1.005.283	444.355
Despesas gerais e administrativas	27	(355)	(148)	(63.436)	(57.054)
Resultado de equivalência patrimonial	28	(188.907)	(162.946)	-	-
Outras Receitas / Despesas	27	-	-	98.580	(16.679)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(189.262)	(163.094)	1.040.427	370.622
Receitas financeiras	29	18.107	250	92.188	205.969
Despesas financeiras	29	(177.685)	(185.100)	(1.579.016)	(1.009.566)
Despesas financeiras líquidas e impostos		(159.578)	(184.850)	(1.486.828)	(803.597)
Resultado antes dos impostos		(348.840)	(347.944)	(446.401)	(432.975)
Imposto de renda e contribuição social	10	-	-	(14.469)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	112.030	85.031
Prejuízo do Exercício		(348.840)	(347.944)	(348.840)	(347.944)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CELSEPAR - Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	nota	Controladora e Consolidado	
		2021	2020
Prejuízo do exercício	24	(348.840)	(347.944)
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do período		(348.840)	(347.944)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CELSEPAR - Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A.

Demonstrações de mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	nota	Reserva de Capital		Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva Especial		
Saldo em 1º de janeiro de 2020		1.725.108	36.346	(76.298)	1.685.156
Aumento de Capital	24	2.800	-	-	2.800
Prejuízo do período		-	-	(347.944)	(347.944)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		1.727.908	36.346	(424.242)	1.340.012
Saldo em 1º de janeiro de 2021		1.727.908	36.346	(424.242)	1.340.012
Aumento de Capital		-	-	-	-
Prejuízo do período	24	-	-	(348.840)	(348.840)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		1.727.908	36.346	(773.082)	991.172

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- Contexto operacional**
Descrição de Negócio
CELSEPAR - Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A. (CELSEPAR ou Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, fundada em 11 de dezembro de 2017. A atual sede social da Companhia se encontra no endereço Av. José Machado de Souza, 220, sala 1208, Jardins - Aracaju - Sergipe. A Companhia é uma joint venture de Energias Brasil Ltda. e NFE Power Brasil Participações Ltda., cada uma com 50% de participação na CELSEPAR.
- Continuidade operacional**
As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados nas demonstrações financeiras e também de acordo com os planos abaixo descritos.
Em 2021, a Companhia verificou um prejuízo de R\$ 348.840 (prejuízo de R\$ 347.944 em 2020), na controladora e consolidado, principalmente devido à forte desvalorização do Real frente ao Dólar, de 7,39% em 2021 (28,93% em 2020), que provocou impacto negativo nas despesas financeiras, pois parte do endividamento da sua controlada CELSE e a totalidade do seu endividamento estão indexados ao dólar norte-americano devido a necessidade da Companhia de captar recursos junto à GE Capital, em janeiro e março de 2020, para aportar recursos na controlada CELSE, para que esta última cumprisse com suas obrigações com o serviço da dívida. Adicionalmente, a totalidade do saldo de Arrendamentos no montante de R\$ 3.492.948 é indexada ao dólar norte-americano.
A Companhia apresentou consumo de caixa operacional de R\$ 356 (consumo de R\$ 23.504 em 31 de dezembro de 2020), geração de caixa operacional de R\$ 481.548 (consumo de R\$ 154.058 em 31 de dezembro de 2020), na controladora e consolidado, respectivamente. No segundo trimestre de 2020, a controlada CELSE começou a gerar caixa através do recebimento integral da receita fixa, regularizando sua situação de caixa, e terminou o ano com capital circulante líquido positivo de R\$ 344.260.
O total do capital circulante líquido é negativo em R\$ 515.048 (negativo em R\$ 264.172 em 31 de dezembro de 2020), negativo em R\$ 170.768 (negativo em R\$ 40.138 em 31 de dezembro de 2020) na controladora e consolidado, respectivamente.
A administração vem buscando e já tem compromissos firmes de recursos ainda não captados que possibilitam alongamento das suas dívidas com taxas de juros menores que as atuais bem como troca da dívida indexada em dólares norte-americanos por índices nacionais que diminui sua exposição a variação cambial. A administração também pode, se necessário, postergar o pagamento de parte das dívidas com vencimento no curto prazo para mais um ano com o incremento de juros de acordo com os referidos contratos o que possibilita maior prazo para regularização de sua estrutura de financiamento.
A administração entende que os próximos anos serão melhores e vem acompanhando atentamente as projeções das variações cambiais e demais índices macroeconômicos brasileiros, bem como, a evolução do seu endividamento.
A administração reconhece que existe um certo grau de incerteza sobre a capacidade da Companhia para cumprir com as suas necessidades de financiamento e para refinanciar ou pagar seus empréstimos bancários à medida que vencem. No entanto, conforme descrito acima, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.
- Operação comercial**
Em 1º de janeiro de 2020, a Companhia não iniciou a operação comercial previsto em seus Contratos de Compra de Energia (PPAs) em ambiente regulado e exigido pelas regras do 21º Leilão de Projetos de Nova Geração de Energia.
Em 31 de dezembro de 2019 o projeto estava em fase final de comissionamento. Em 20 de março de 2020, por meio do Despacho nº 830, a ANEEL concedeu a CELSE a declaração parcial de operação comercial e autorizou o início da operação das (i) Unidades Geradoras 1 (UG1) à UG3, com entrada em operação comercial em 21 de março de 2020; e (ii) UG4, com entrada em operação comercial em 21 de março de 2020. Em 14 de abril de 2020, por meio do Despacho nº 1.039, a ANEEL concedeu à CELSE o Declaração de Operação Comercial plena e autorizou a operação da UG4, em potência máxima a partir de 15 de abril de 2020.
Entre os fatores que contribuíram para o atraso da Companhia em iniciar a operação comercial em tempo hábil, estão os seguintes (i) várias greves durante o curso de 2018, especialmente a greve alfândegária, que afetou significativamente a construção da planta; e (ii) atraso na entrega do componente offshore do projeto devido ao fraco desempenho do contratante, atrasando a recomposição de gás para comissionamento.
No segundo semestre de 2019, para atender à sua obrigação contratual de PPA, que exigia a disponibilização de 867 Megawatt por minuto (MWh) por mês, durante os primeiros três meses de 2020, a CELSE, seguindo a Resolução 595/2013 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que estabeleceu critérios para a contratação de energia elétrica em caso de atraso no início da operação comercial, firmou contratos de compra de energia com as Centrais Elétricas de Pernambuco (EPESA). Nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 2020, a CELSE adquiriu em média 867 MWh de energia elétrica, entregando a quantidade necessária para cumprir sua obrigação contratual com os 26 distribuidoras. Por um preço médio de R\$ 285,92 por MWh, totalizando um valor de R\$ 488.133. Conforme determinado no PPA, a entrega efetiva de energia quando não exigida pelo operador do sistema elétrico nacional é avaliada a preço de mercado na data efetiva da transação, uma vez que as transações de compra e venda de energia foram fechadas na mesma data e seguindo preços à vista na data de cada transação, a Companhia não teve nenhum impacto material como resultado dessas transações.
Em 21 de março de 2020, após finalização da etapa de testes, a CELSE entrou em operação comercial parcial fazendo jus, desde essa data, ao recebimento da Receita Fixa.
Em 15 de abril de 2020, a Companhia passou a operar em sua totalidade, e com base nos PPAs, as receitas da CELSE com a venda de energia incluem (i) um componente de receita denominado em reais (indexado pela inflação) para a disponibilização da usina, e (ii) um componente de receita variável com base na quantidade MWh de energia gerada, se houver. Cada comprador nos termos dos PPAs assinou um contrato de garantia, prevendo a operação de parte das receitas de cada comprador para garantir o cumprimento das suas obrigações de pagamento conforme determinado nos PPAs.
Despacho pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (O.N.S.)
Em 2020 a CELSE só foi requerida a gerar energia na semana operacional de 28 de março a 3 de abril de 2020.
Em relação a 2021, o O.N.S. comandou o despacho antecipado da Companhia pelos seguintes períodos:
• 03 de julho a 27 de agosto de 2021 (por garantia energética);
• 28 de agosto a 10 de dezembro de 2021 (por ordem de mérito); e
• 11 de dezembro a 31 de dezembro de 2021 (por garantia energética).

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 29/09/2022. Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal da Cidade. Acesse também através do link: <http://jornaldacidade.net/publicacoes-legais>



CELSEPAR - Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

PÁGINA 2/4

O despacho por segurança energética ocorre quando o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) determina ao O.N.S. (Operador Nacional do Sistema) que solicite a geração por usinas termelétricas com vistas a garantir a segurança do suprimento energético nacional. Motivada pela declaração do O.N.S. que o país passa pela pior crise hídrica desde 1930. Devido à crise energética brasileira em decorrência da crise hídrica, que levou os reservatórios de usinas hidrelétricas a níveis muito baixos, o O.N.S. precisou compensar a baixa produção das hidrelétricas com o acionamento das usinas termelétricas, que operam principalmente com gás natural.

Benefício fiscal SUDENE

Aproveitando o enquadramento relativo ao benefício fiscal de redução do Imposto de Renda e Adicionais, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, no uso de suas atribuições, em sessão realizada em 25/02/2021. A aprovação é referente ao enquadramento do benefício fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda e Adicionais, calculado com base no lucro da exploração. O período de vigência do incentivo fiscal é de 10 anos, compreendendo na fruição nos anos calendarizados de 2021 a 2030.

Emprestimo de capital de giro

Em julho de 2021, a Companhia contratou junto ao Banco Bradesco uma linha de Capital de Giro de até R\$ 837.075 (USD 150.000) para cobrir eventuais descasamentos de caixa nas compras de cargas de gás natural para a geração de energia da UTE. Em setembro de 2021, considerando os novos cenários de despacho da UTE e a necessidade de cargas de gás adicionais, a Companhia e o Banco Bradesco celebraram um aditivo ao contrato da linha de Capital de Giro, aumentando o limite de crédito disponível de USD de R\$ 837.075 (150.000) para 1.116.100 (USD 200.000). A Companhia captou um total de R\$ 860.265 até 31 de dezembro de 2021.

Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Detalhes sobre as políticas contábeis estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, correspondendo estas as mesmas informações utilizadas pela Administração em sua gestão.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), cujas estimativas que apresentam não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 16 de maio de 2022.

Modo funcional e modo de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a administração fez julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores relatados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados não podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre os julgamentos feitos na aplicação das políticas contábeis que têm os efeitos mais significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas a seguir:

- Nota Explicativa nº 14 – imobilização: avaliação se o custo incorrido durante a fase pre-operacional é capitalizável ou não.
- Nota Explicativa nº 20 – Arrendamento a pagar: avaliação sobre se o contrato contém ou não um arrendamento

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre premissas e incertezas de estimativa que apresentam um risco significativo de resultar em um ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas Notas Explicativas a seguir:

- Nota Explicativa nº 10 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais reportáveis podem ser utilizados;
- Nota Explicativa nº 14 – determinação da vida útil de ativos fixos;
- Nota Explicativa nº 18 – determinação da taxa de desconto para mensuração dos passivos de arrendamento.

Valor justo de instrumentos financeiros

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a mensuração do valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A administração revisa regulamentos dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar o valor justo, a administração analisa as evidências obtidas para apoiar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos contábeis, incluindo o nível de hierarquia do valor justo em tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado sempre que possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia com base nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, seja diretamente (preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: dados para o ativo ou passivo que não são baseados em dados de mercado observáveis (dados não observáveis).

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados a valor justo.

Principais políticas contábeis significativas

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão a seguir:

Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e sua subsidiária listadas abaixo:

	2021	2020
Controlada		
Subsidiária	100%	100%
Centrais Elétricas de Sergipe S.A.		

Subsidiária

Subsidiárias são entidades controladas pela Companhia. A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direitos a, retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle dele existe.

Transações eliminadas na consolidação

Os saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas e despesas não realizadas decorrentes de transações intragrupo, são eliminados.

Moeda estrangeira

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para as respectivas moedas funcionais pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do balanço. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas de câmbio da data da transação. Quaisquer diferenças de moeda estrangeira decorrentes de custos não diretamente relacionados com a construção da planta são geralmente reconhecidas no resultado. As diferenças de moeda estrangeira relacionadas ao custo do empréstimo são capitalizadas durante a fase de construção da planta.

Instrumentos financeiros**Reconhecimento e mensuração inicial**

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente no momento em que são originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja uma conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado a valor justo acrescido, para um item não mensurado ao FVTPL (valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Classificação e mensuração subsequente Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado, ao custo amortizado, em FVOCI (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - investimento de dívida; em FVOCI - instrumento de patrimônio; ou a FVTPL (valor justo por meio do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados posteriormente ao reconhecimento inicial, a menos que a Companhia mude seu modelo de negócios de gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro período de relatório após a mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é medido pelo custo amortizado se ambas as condições a seguir forem atendidas e não for designado como em FVTPL:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos para coletar fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais são originados, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Um investimento de dívida é medido em FVOCI se ambas as condições a seguir forem atendidas e não for designado como em FVTPL:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançar tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais dão origem em datas específicas a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em dívida.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou FVOCI, conforme descrito acima, são classificados como FVTPL. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar irrevogavelmente um ativo financeiro, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao FVOCI como ao FVTPL se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócios

A administração avalia o modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em nível de carteira porque isso reflete melhor a forma como o negócio é administrado e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos declarados para o portfólio e a operação dessas políticas na prática. Isso inclui se a estratégia da administração está focada em obter receita de juros contratual, manter um perfil de taxa de juros particular, combinar a duração dos ativos financeiros com a duração de quaisquer passivos relacionados ou saldos de caixa esperados, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho do portfólio é avaliado e relatado à administração da Empresa;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos dentro desse modelo de negócios) e como esses riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento da venda do ativo financeiro em períodos anteriores, as razões para essas vendas e as expectativas sobre as atividades de vendas futuras.

As transações de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para desreconhecimento não são consideradas vendas para este fim, consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos pela Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou administrados cujo desempenho é avaliado com base no valor justo são medidos pelo valor justo por meio do resultado (FVTPL).

Ativos financeiros

avaliação se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros. Para efeitos desta avaliação, "principal" é definido como o justo valor do ativo financeiro no reconhecimento inicial. "Juros" são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e também por outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos) como uma margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que não atendessem a essa condição. Ao fazer esta avaliação, a Empresa considera:

- eventos contingentes que mudariam o valor ou o momento dos fluxos de caixa;
- termos que podem ajustar a taxa de cupom contratual, incluindo recursos de taxa variável;
- recursos de pré-pagamento e extensão; e
- termos que limitam a reivindicação da Empresa aos fluxos de caixa de ativos especificados (por exemplo, recursos sem recurso).

Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente, ganhos e perdas Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado, as despesas com juros, os ganhos e as perdas da variação cambial são reconhecidos no resultado, quando não diretamente relacionados à construção da usina. Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são legalmente exequíveis de compensar os ganhos e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

No momento do desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado na demonstração da posição financeira quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legalmente exequível de compensar os ganhos e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Redução ao valor recuperável - Impairment

Ativos financeiros não derivativos A Companhia reconhece provisões para perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perdas em um montante igual às perdas de crédito esperadas para a vida toda, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito de data de relato; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência durante a vida útil esperada do instrumento financeiro) não aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial

A Empresa considera um ativo financeiro inadimplente quando:

- É altamente improvável que o devedor pague todas as suas obrigações de crédito para a Empresa sem o recurso da Empresa a ações como a obtenção de garantia (se houver). Os ECLS valtos são ECLS que resultam de todos os eventos de default possíveis durante a vida esperada de um instrumento financeiro

- ECLS de 12 meses são ECLS que resultam de possíveis eventos de default dentro dos 12 meses após a data do relatório (ou um período mais curto, se a vida esperada do instrumento for menor que 12 meses).

O período máximo considerado para estimar a perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está sujeita a riscos de crédito.

Ativos financeiros deteriorados

Em cada data de reporte, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado estão em imparidade de crédito. Um ativo financeiro é prejudicado pelo crédito quando um ou mais eventos que têm um impacto prejudicial sobre os fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ocorreram.

Evidência objetiva de que um ativo financeiro está com problemas de crédito inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador;
- Violação de cláusulas contratuais, como inadimplência ou atraso superior a 90 dias;
- Atualização de um valor devido à Companhia em termos que ela não consideraria de outra forma;
- É provável que o tomador declare falência ou outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de um mercado ativo para um título devido às dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial A provisão para perdas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. A Companhia apresenta a provisão para perdas de crédito esperadas em rubrica específica na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não há provisão constituída.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem uma expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro total ou parcialmente. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não baixou nenhum ativo financeiro.

Ativos não financeiros

A cada data de relatório, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos não financeiros (impostos diferidos) para identificar indicadores de redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para o teste de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos que gera entradas de caixa pelo uso contínuo que são amplamente independentes das entradas de caixa de outros ativos ou unidades geradoras de caixa (UGCs).

O valor recuperável de um ativo UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. O valor em uso é baseado nos fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o ativo ou UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável.

A Companhia não registrou nenhuma perda ao valor recuperável para os exercícios fiscais de 2021 e 2021, em função de ter feito análise e não ter identificado indícios de desvalorização de ativos (triggers de impairment) que demandassem a realização de teste de impairment.

Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada, calculada pela taxa de depreciação conforme vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente relacionados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para perdas fiscais não utilizadas e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais eles possam ser usados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão das diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o valor das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer o ativo fiscal diferido na íntegra, são considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados pelas reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseado-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar o líquido seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construída que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a existência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considere as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o ativo ou passivo.

Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito do Grupo de receber o pagamento é estabelecido. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro.

Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

Reconhecimento de receita

Os contratos de comercialização de energia elétrica são realizados nos ambientes comerciais abertos e regulados do Brasil, estando integralmente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), agente responsável pela contabilidade e liquidação do sistema integrado nacional.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado resulta do processamento da medição física (geração), ajustada às perdas proporcionais relacionadas ao sistema informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita decorre dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustado aos contratos de energia efetivamente gerados, quando aplicável. Esses ajustes decorrem dos mecanismos da CCEE que verificam a exposição líquida da Companhia (venda, geração e compra), demonstrando balanço de energia, que credita ou debita a diferença entre a venda da Companhia e a geração efetiva, geramente pelo valor do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Os mecanismos explicados acima resultam em dois tipos de fluxos de receita, como segue:

- Receita com venda de energia contratada por disponibilidade (obrigações de desempenho ao longo do tempo): refere-se à receita fixa, reconhecida pelo contrato de disponibilidade da usina. Corresponde assim ao valor de remuneração anual da Companhia apresentado no balanço, que inclui, na determinação do preço de venda e na receita auferida a recuperação de alguns custos, dentre eles: (i) custo e remuneração do investimento [taxa interna de retorno]; (ii) custos de conexão e uso do sistema de distribuição e transmissão;
- custos decorrentes do consumo de insumos e/ou combustível e da operação e manutenção da usina referente à geração inflexível; (iv) custos de seguros e garantias da usina; e (v) tributos e encargos diretos e indiretos necessários à execução do objeto dos contratos de venda de energia elétrica em ambiente regulado (CCEAR);
- Receita com venda de energia fornecida (obrigações de desempenho cumpridas em um momento): refere-se à receita variável, reconhecida por meio de medições para apurar os volumes de energia fornecida, relacionada ao Custo Variável Unitário (CVU) e ao Mercado de Curto Prazo (MCP), além do reembolso da energia comprada da CCEE. A receita de energia fornecida e os custos associados são reconhecidos pela entrega da energia gerada aos clientes.

Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2021 e pelo IASB International Accounting Standards Board, não produziram impacto relevantes em relação as demonstrações contábeis. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16);
- Revisão anual das normas IFRS 2019-2020;
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1);
- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 25/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2);
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários a vista	1.033	589	183.502	83.095
Aplicação financeira	-	-	-	-
Santander – ContaMax Empresarial	-	-	40.985	42.595
CitiBank – Cash Blue RF Referenciado DI HF	-	-	-	166.221
Saldo	1.033	589	224.487	291.911

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, caixa e equivalentes de caixa, que é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Em 2021, as aplicações financeiras são títulos pós-fixados com

CELSEPAR - Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(a) A maioria dos adiantamentos realizados em 2021 são referentes ao contrato de EPC e a compra de sobressalentes de grande porte. Em 2021 os adiantamentos são referentes, basicamente, a sobressalentes de grande porte.

15 Investimentos
Em 2018, a CELSE tornou-se uma subsidiária integral da CELSEPAR. A seguir a mutação do investimento, que é avaliado pelo método de equidade patrimonial:

	2021	2020
Saldo inicial	2.032.728	1.668.994
(+) Novos aportes de capital	526.680	526.680
(-) Equivalência patrimonial	(188.907)	(162.546)
Saldo final	1.843.221	2.032.728

Controlada
Informações Financeiras resumidas

	2021					
	Participação acionária	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido
CELSE	100%	1.763.290	9.268.816	1.419.010	7.769.275	1.643.821
						(188.907)

	2020					
	Participação acionária	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido
CELSE	100%	1.071.905	9.086.177	847.516	7.277.438	2.032.728
						(162.946)

16 Imobilizado (Controladora e Consolidado)

a. Composição

	31/12/2021			31/12/2020		
	Taxas Anuais de depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Total	Custo	Depreciação Acumulada
Máquinas e equipamentos	2,50 - 16,67	4.816.304	(212.465)	4.603.839	2.812.474	(93.735)
Edificações	3,13 - 4	683.973	(153.974)	530.000	2.403.693	(78.466)
Móveis e utensílios	6,25 - 10	6.308	(1.697)	4.610	1.467	(440)
Equipamento de Informática	10 - 16,67	0	-	0	1.187	(694)
Linha de transmissão	2,50 - 6,67	255.277	(29.368)	225.910	394.391	(13.184)
Veículos	14,29	39	(5)	34	0	-
Ferramentas	6,25	0	-	0	68	(2)
Sobressalentes	-	90.684	-	90.684	7.208	-
Terras	-	7.567	-	7.567	7.567	-
Serviço	-	9.075	-	9.075	-	-
Direito de Uso (i)	4	3.469.941	(241.562)	3.228.379	3.372.562	(102.199)
TOTAL		9.339.168	(639.071)	8.700.097	9.006.617	(288.720)

(i) Ver detalhes na nota explicativa nº 20 – Arrendamentos a pagar.

b. Movimentação

	Saldo Final 2020	Adição	Transferência (a)	Baixas	Depreciação	Saldo Final 2021
Máquinas e equipamentos	2.718.739	5.254	1.998.576	-	(118.730)	4.603.839
Edificações	2.325.227	124.065	(1.823.267)	(20.288)	(75.638)	530.000
Móveis e utensílios	1.027	292	3.730	(7)	(433)	4.610
Equipamento de Informática	493	34	(527)	-	-	0
Linha de transmissão	381.207	60.665	(187.349)	(12.430)	(16.182)	225.910
Veículos	0	39	-	(5)	-	34
Ferramentas	67	70	(137)	-	-	0
Sobressalentes	7.208	83.477	-	-	-	90.685
Terras	7.567	0	-	-	-	7.567
Serviço	0	0	9.075	-	-	9.075
Direito de Uso (i)	3.270.363	97.379	-	-	(139.363)	3.228.379
Saldo	8.711.898	371.275	0	(32.724)	(359.351)	8.700.099

(i) Ver detalhes na nota explicativa nº 20 – Arrendamentos a pagar.

	Saldo Inicial 2019	Adição	Transferência (b)	Baixas	Depreciação	Saldo Final 2020
Máquinas e equipamentos	96	20.123	2.792.233	-	(93.713)	2.718.739
Edificações	544	103.775	2.299.262	-	(78.354)	2.325.227
Móveis e utensílios	1.077	72	19	-	(141)	1.027
Equipamento de Informática	713	18	2	-	(240)	493
Linha de transmissão (c)	-	15.832	395.373	(16.814)	(13.184)	381.207
Ferramentas	-	33	35	-	(2)	66
Peças de Reposição	10	7.198	-	-	-	7.208
Terras	7.567	-	-	-	-	7.567
Direito de Uso (i)	-	3.261.205	111.357	-	(102.199)	3.270.363
Imobilizado em curso	5.176.982	309.941	(5.486.923)	-	-	-
Saldo	5.186.989	3.718.197	111.358	(16.814)	(287.833)	8.711.897

(i) Ver detalhes na nota explicativa nº 20 – Arrendamentos a pagar.

(a) Ajuste inventário físico
No final de 2020, foi contratada uma empresa especializada para realização do inventário dos ativos imobilizados da controlada CELSE. Assim sendo, quando da finalização dos trabalhos e entrega dos relatórios em 2021, as reclassificações contábeis foram efetuadas, conforme pode ser observado na coluna "Transferência" do quadro de movimentação de 2021.

(b) Transferência do imobilizado em curso
Os saldos contabilizados como imobilizado em curso (R\$ 5.486.923), foram transferidos, em 2020, para imobilizado em serviço a partir da entrada em operação da Usina (21 de março de 2020). Com a entrada em operação da usina, ocorreu o reconhecimento das condições operacionais pretendidas pela administração e os benefícios econômicos associados aos ativos.

(c) Baixa do transformador
Em setembro de 2020, durante a rampa de desligamento dos geradores, ocorreu um flashover (arco elétrico) em um dos disjuntores e um curto circuito no transformador da turbina a vapor. Após inspeção in loco e do fabricante, chegou-se à conclusão que o reparo do transformador não seria viável e a recomendação do fabricante foi a sua substituição por um novo. Assim sendo, a controlada CELSE emitiu imediatamente um pedido de compra para o fabricante e a previsão de retorno a condição operacional será em maio de 2021. Foi reconhecido o write-off (baixa do ativo) do transformador pelo montante de R\$ 16.814.

Em 04 de fevereiro de 2021, enquanto estava conectado e recebendo energia da rede, o transformador elevador da turbina a gás (GT-11) teve um curto-circuito interno que, em uma inspeção realizada pelo fabricante, foram verificados danos internos no equipamento. Uma futura desmontagem a ser realizada pela General Electric é esperada enquanto o fabricante do transformador conclui a análise de causa raiz. Entretanto, a controlada CELSE encontrou um novo transformador e acionou a seguradora. Foi reconhecido o write-off (baixa do ativo) do transformador pelo montante de R\$ 12.430.

17 Fornecedores (Controladora e Consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores do contrato EPCista (a)	267.262	271.321
APL Morway	125.556	-
Sapura Energy do Brasil Ltda (b)	15.070	15.070
GE Global Parts & Products GMBH	35.290	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (c)	30.663	-
Prolec GE Brasil Transmissão de Energia	16.785	-
GE Power & Water	15.677	-
Renovação de seguros usina	2.994	6.159
Encargo de Uso do Sistema de Transmissão (EUST)	13.255	11.522
Materiais e serviços	35.094	9.421
Saldo	557.736	313.493

(a) A controlada CELSE assinou um contrato EPC, em escala global com General Electric Switzerland GmbH, Alstom Energia e entre outros, no âmbito do Contrato EPC, os contratados são responsáveis pela construção, design, engenharia e aquisição da Usina, que compreende os geradores, uma subestação de alta tensão e uma linha de transmissão de alta tensão, entre outros sistemas e componentes e as montagens apropriadas de custo de captação mais a SERV quando da captação das debêntures. Os valores devidos são referentes, principalmente, a Change Orders emitidas no final da obra. Os valores devidos são referentes, principalmente, a pedidos emitidos no final da obra do contrato EPC.
(b) A Sapura Energy do Brasil Ltda é responsável pela aquisição, construção e engenharia do gasoduto compatível com a FSRU e o VCKE, transporte e instalação do VCKE, ager e base do FSRU (semelhante). Devido a processo de arbitragem com a Sapura Energy do Brasil Ltda, algumas notas fiscais emitidas não foram pagas, conforme Nota Explicativa nº 8.
(c) Posição devedora relativa à liquidação das diferenças apuradas entre a energia medida e a contratada, com valoração via Preço de Liquidação das Diferenças - PLD no Mercado de Curto Prazo (MCP) referente ao mês de novembro de 2021.

18 Empréstimos e Financiamentos
Em 19 de abril de 2018, a controlada CELSE celebrou contratos de financiamento, cujos recursos foram disponibilizados por bancos e organismos multilaterais ao longo dos anos de 2018 a 2020. Veja abaixo a estrutura de financiamento:

Linha de financiamento	Moeda	Objetivo	Encargo financeiros anuais	Vencimento	Linha de crédito total	Taxa efetiva de juros
IPC (a)	Real	Investimentos	IPCA+9,79%a.a.	2018 a 2032	R\$ 803.995	12,72%a.a.
IDB (b)	Real	Investimentos	IPCA+9,69%a.a.	2018 a 2032	R\$ 664.000	12,59%a.a.
IDB Invest (c)	Dólar	Investimentos	AUS\$+5,40%a.a.+Libor	2018 a 2032	US\$ 38.000	11,75%a.a.
ECG	Real	Fluxo de caixa	CDI + 3,5% a.a.	2021 a 2022	US\$ 200.000	10,86% a.a.
Ge Capital	Dólar	Aporte - CELSE	AUS\$+11,40%a.a.+Libor	2021 a 2024	US\$ 120.000	22,07%a.a.

(a) International Finance Corporation (IFC)
(b) Inter-American Development Bank (IDB)
(c) O IDB Invest é o braço da seção privada do IDB Grupo
(d) Um agente que representa o IDB, o IDB Invest administrará o Fundo de Cofinanciamento da China para a América Latina e o Caribe.
(e) A GE Capital é a divisão de serviços financeiros da General Electric.

Os desembolsos da dívida da GE Capital ocorreram em janeiro e março de 2020, nos montantes de R\$ 378.630 e R\$ 148.050, respectivamente.

Em 09 de julho de 2021, a Companhia celebrou o Contrato Geral para Linha de Reserva de Crédito junto ao Banco Bradesco, no montante total de R\$ 1.116.100 (USD 200.000), bem como quaisquer contratos específicos decorrentes e relativos às seguintes operações: (i) Carta de comprometimento de crédito (Standby letter of credit), (ii) Financiamento à importação – FIM/IMP, (iii) Empréstimo bancário regulamentado pela Lei 4.131/62, que disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior; e/ou (iv) Cédula de Crédito Bancário (CCB). A contratação dessa linha de crédito foi importante, pois eliminou assim, eventuais descasamentos de caixa entre as compras de cargas de gás para geração de energia e o recebimento por essa energia gerada.

Como garantia, a Companhia cedeu fidejussão ao Banco Bradesco os créditos decorrentes das receitas variáveis nos termos dos Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado ("OCARAs").

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Empréstimos e financiamentos	830.307	684.483	3.364.809	2.671.154
Total	830.307	684.483	3.364.809	2.671.154
Circulante	516.081	276.971	1.103.953	428.478
Não Circulante	314.226	407.512	2.260.856	2.242.676

Saldo por empréstimos:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
IPC	-	-	888.116	844.917
IDB	-	-	730.873	694.622
IDB Invest	-	-	196.495	193.080
IDB China Fund	-	-	258.545	254.052
ECG	-	-	460.473	-
GE Capital	830.307	684.483	830.307	684.483
Total	830.307	684.483	3.364.809	2.671.154

Abaixo estão as movimentações ocorridas:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Saldo Inicial	684.483	-	2.671.154	1.624.182
(+) Captação	-	526.680	860.265	747.051
(+) Juros	87.156	73.983	283.123	241.626
(+/-) Variação cambial	54.171	93.339	257.122	253.516
(-) Amortização Principal	-	-	(540.354)	(10.206)
(-) Pagamento de Juros	-	-	(181.646)	(165.693)
(+) Taxa de comprometimento	-	2.108	1.992	3.962
(-) Pagamento da taxa de comprometimento	-	(2.521)	(1.284)	(5.159)
(-) Custo de captação	-	(15.693)	-	(31.970)
(+) Amortização custo de captação	4.497	4.967	14.437	13.845
Saldo Final	830.307	684.483	3.364.809	2.671.154
Circulante	516.081	276.971	1.103.953	428.478
Não circulante	314.226	407.512	2.260.856	2.242.676

Os vencimentos das parcelas de longo prazo são os seguintes:

	Ano	Controladora	Consolidado
	2023	26.411	190.026
	2024	21.629	155.622
	2025	28.308	203.679
	2026	32.510	233.909
	2027	35.603	256.163
	2028	41.736	300.291
	2029	46.581	335.149
	2030	40.265	289.705
	2031	27.406	197.186
	2032	13.777	99.126
Total	314.226	2.260.856	

Garantias

Os contratos de financiamento da CELSE são garantidos pelos seguintes ativos:

- Totalidade das ações de emissão da CELSE, deidas pela CELSEPAR;
- Máquinas, terrenos, propriedades, equipamentos e ativos móveis;
- Direitos atuais e futuros decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado e a eles relacionados, bem como todo e qualquer direito decorrente de autorização da ANEEL;
- Contas bancárias em relação a todos os direitos de crédito de cada uma das respectivas contas bancárias;
- Documentos do Projeto Brasileiro inseridos pela Companhia com relação ao Projeto - Porto de Sergipe I;
- Apólices de seguro e resseguro; e
- Todos os ativos tangíveis e intangíveis.

Os contratos de garantia da controladora utilizam as mesmas obrigações, covenants e garantias descritos nos contratos da dívida sênior (Debêntures, IDB e IPC).

Covenants são obrigações que se aplicam aos tomadores de crédito para que eles sigam determinadas regras que visem a garantia de pagamento futuro. O objetivo desse mecanismo é gerar segurança ao credor para que, após a realização do financiamento, seja assegurado alguns condutas para que o credor receba os recursos que empresta.

O covenant financeiro obriga a companhia a manter, a partir de abril de 2021, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (DSCR) para o período de 12 meses, imediatamente anterior à data de cálculo, superior a 1,10. O DSCR é uma medida do fluxo de caixa disponível de uma empresa para pagar as obrigações de dívida atuais. O DSCR mostra aos investidores se uma empresa tem renda suficiente para pagar suas dívidas.

DSCR = Fluxo de Caixa Disponível para o Serviço da Dívida Serviço da Dívida

O "Fluxo de caixa disponível para o serviço da dívida" é calculado da seguinte forma:

- Recitas líquidas
 - Pagamentos de instrumentos do projeto
 - Documentos de interrupção de negócios
 - Menos:
 - penalidades
 - Despesas operacionais
 - Prêmios de seguro
- Igual a Fluxo de caixa disponível para o serviço da dívida

O "Fluxo de Caixa Disponível para o Serviço da Dívida" significa, para qualquer período de cálculo, o valor que é igual a:

- todas as receitas líquidas recebidas pelo Mutuário em relação às vendas contratadas ou no mercado spot de capacidade e energia, incluindo quaisquer outros pagamentos relacionados à eletricidade, como receitas de transmissão, serviços auxiliares ou complementares; mais
- todos os (A) ganhos nas contas do projeto, (B) pagamentos em dinheiro recebidos em relação a danos liquidados em atraso recebidos pelo Mutuário; e (C) outros pagamentos recebidos pelo Mutuário de acordo com os Documentos do Projeto, exceto Recitas de Danos Liquidados e outros valores que devem ser obrigatoriamente pagos antecipadamente de acordo com a Seção 2.06 (b) (ii) (Pré-pagamentos Voluntários e Obrigatórios; Pré-pagamentos Obrigatórios) do Acordo de Termos Comuns); mais
- qualquer recita de seguro de interrupção de negócios pagos ao Mutuário; menos
- qualquer penalidade que devem ser pagas durante esse período à Autoridade relevante (exceto na medida em que forem pagas pelos Patrocinadores) de acordo com qualquer Contrato de Compra de Energia; menos
- Despesas operacionais (incluindo impostos e despesas de capital) pagas ou exigidas durante esse período, para evitar dúvidas, inclusive de acordo com os Documentos do Projeto; menos
- prêmios de seguro pagáveis pelo Mutuário durante esse período (na medida em que ainda não estiver incluído na cláusula (e) acima)

O "Serviço da Dívida" ("Debt Service") é calculado considerando o somatório dos seguintes pagamentos:

- pagamentos de instrumentos de dívida
- pagamentos de instrumentos de segurança
- outros pagamentos

Igual a Serviço da dívida

O "Serviço da Dívida" significa, para qualquer período de cálculo, o agregado de:

- todos os pagamentos programados devidos por conta do principal da Dívida Sênior durante esse período de cálculo, quaisquer pagamentos programados de juros, custos, encargos e outros valores sob a Dívida Sênior e sob qualquer facilidade de capital de giro que constitui Endividamento Permido e que são devidos e permitidos para ser pago de acordo com o Acordo de Contas; mais
- todos os pagamentos de principal ou obrigações de reembolso devidas durante tal período de cálculo por conta de quaisquer títulos de fiança, títulos de desempenho, ações de banqueiros, cartas de crédito ou instrumentos semelhantes que constituem Endividamento Permido; mais
- sem dupla contagem de qualquer pagamento já contado nas subcláusulas (a) e (b) anteriores, qualquer pagamento feito ou exigido durante esse período de cálculo para qualquer conta de serviço da dívida nos termos de qualquer acordo que estabeleça Dívida e que seja pari passu ou sênior no direito de pagamento da Dívida Sênior, mas excluindo pré-pagamentos voluntários e obrigatórios e depósitos em qualquer Conta de Reserva do Serviço da Dívida ou qualquer outra conta de reserva do serviço da dívida.

Empréstimo de capital de giro

Carta de comprometimento de crédito (standby letter of credit)
Essas cartas de comprometimento de crédito são utilizadas para garantir a importação e/ou pagamento dos valores devidos pela compra de gás natural liquefeito devidamente caracterizada no contrato de fornecimento de gás ("Gas Supply Agreement") celebrado com a O



CELSEPAR - Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

25	Receta operacional líquida (Controladora e Consolidado)		2021	2020
	2021	2020		
Receta bruta				
Disponibilidade (ACR) (a)			1.716.877	1.256.409
Disponibilidade (ACR) - Resolução 595 (b)			-	488.133
Vendas de energia (ACR) (c)			1.125.416	40.905
Vendas de energia (ACL) - Contrato Bilateral (d)			-	25.397
Vendas de energia (ACL) - Segurança Energética (e)			922.887	-
Vendas de energia (ACL) (e)			62.297	117.188
Vendas de gás natural liquefeito (GNL) (f)			184.058	-
Total da receita bruta			4.011.535	1.928.032
Dedução da receita				
Impostos sobre vendas			(354.041)	(178.343)
P&D			(33.759)	(16.695)
Total da receita líquida			3.623.735	1.732.994

(a) Disponibilidade (Ambiente de Contratação Regulado - "ACR"): refere-se a Receita Fina, que é o valor de remuneração anual da usina, apresentado pela controladora CELSE no laudo, que inclui, dentre outros: (i) custo e remuneração do investimento (taxa interna de retorno); (ii) custos de conexão e uso do sistema de distribuição e transmissão; (iii) custos decorrentes do consumo de insumos e/ou combustível e da operação e manutenção da usina referente à geração inflexível; (iv) custos de seguros e garantias da usina e dos compromissos financeiros da controladora CELSE; e (v) tributos e encargos diretos e indiretos necessários à execução do objeto do contrato, que será independente do despacho da Usina. A receita de 2020 representa 9 meses e 11 dias de operação, por conta do início das operações em 20 de março de 2020.

(b) Devido ao atraso na conclusão da usina e, conseqüentemente, não obtenção da Declaração de Operação Comercial (DOC), a controladora CELSE, para atender à sua obrigação contratual de PPA - que exige a disponibilização de 867 MW (Meggawatts), e segundo a Resolução 595/2013 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que estabelece critérios para a contratação de energia elétrica em caso de atraso no início da operação comercial, firmou contratos de compra de energia com a Centrais Elétricas de Pernambuco (EPESA). Assim, nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 2020, a controladora CELSE adquiriu em média 867 MW de energia elétrica, entregando a quantidade necessária para cumprir sua obrigação contratual com as 26 distribuidoras.

(c) Venda de energia (Ambiente de Contratação Regulado - "ACR"): refere-se a Receita Variável, que é o valor destinado ao pagamento dos custos variáveis incorridos pela controladora CELSE na parcela flexível da geração da usina.

(d) Conforme já mencionado na nota (b), a controladora CELSE celebrou contratos de compra de lastro com a Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA, uma empresa do Grupo EBRAS. Em abril de 2020, devido a compra excidente de lastro, a controladora CELSE vendeu para Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA o montante de 89.640 MWh no valor de R\$ 25.397 em abril de 2020.

(e) O Operador Nacional do Sistema (ONS.S) despatchou a controladora CELSE por segurança energética no período de 3 de julho de 2021 até 27 de agosto de 2021, que ocorreu quando o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) determina ao O.N.S., que solicite a geração de usinas térmicas com vistas a garantir o suprimento energético nacional.

(f) Venda de energia (Ambiente de Contratação Livre - "ACL"): Conforme previsto no Decreto 5.163/2004, os agentes vendedores devem apresentar lastro para a venda de energia, a fim de garantir 100% (um por cento) no caso da contratação CELSE que vende energia no ambiente regulado, os contratos são lastreados com a garantia física da própria usina. Ocorre que, como há degradação da garantia física ocasionada em razão das perdas da rede elétrica e perdas interlineares, é realizada a compra de contratos para fins de reconexão de lastro. Essa aquisição é realizada mensalmente e não exigida pelo operador do sistema elétrico nacional e é aplicada independentemente da usina estar ou não despatchada por ordem de mérito. Atualmente na regulação não há separação de lastro e energia, de modo que, quando celebra-se o contrato de lastro, a energia vem associada. Assim, quando o COCE realiza balanço energético e atestado que não houve o consumo, a energia adquirida é "vendida" / liquidada no mercado de curto prazo, valorada a PLD. Ademais, caso a geração da usina seja em montante inferior ao compromisso de entrega, a controladora CELSE ficará exposta negativamente no Mercado de Curto prazo, sendo quantidade de energia não entregue (MWh) valorada a PLD.

(g) Em 26 de setembro de 2021, a controladora CELSE assinou um contrato de venda de gás natural liquefeito (GNL) com a NFE North Trading Limited ("NFE"). Em outubro de 2021, as cargas foram entregues para NFE. Seguem dados da transação:

Carga	Quantidade (MMBTU)	Preço unitário (R\$/MMBTU)	Total (R\$ mil)
1*	1.211,755	58,95227	71.436
2*	1.876,168	60,02791	112.622
Total	3.087,923	59,60583	184.058

Esta transação ocorreu por meio da controladora CELSE confirmou junto a OCEAN LNG o fornecimento de cargas de GNL, suficiente para geração na configuração 3x1, 3 turbinas a gás e 1 vapor a partir de 20 de setembro de 2021, após a instalação do transformador elevador GT-11 estaia instalado e funcionando nesta data, entretanto, como os testes do transformador foram realizados pela Prolec GE Brasil não foram satisfatórios, a entrada em operação do transformador ficou postergada para o final de novembro de 2021, assim sendo, a controladora CELSE ficou com excedente de GNL na ordem de 135.000 m³, o que ocasionou problema de armazenamento de cargas de GNL, devido a impossibilidade do Golar Nanook armazenar tais cargas. A solução para este problema foi vender parte do GNL para NFE e para não ter problema com o fornecimento de GNL no mês de novembro de 2021.

26	Custo operacionais (Controladora e Consolidado)			
	2021	2020	2021	2020
Custo com consumo de gás (a)				
Custo com venda de gás (a)	(1.446.203)	(226.071)	-	(64.575)
Custos com energia elétrica (b)	(372.309)	(546.613)	-	-
Pessoal e administradores	(4.036)	(4.128)	-	-
Materiais	(404)	(123)	-	-
Serviços de terceiros	(4.187)	(4.895)	-	-
Contrato de Operação e Manutenção (O&M) (c)	(80.897)	(46.514)	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica (d)	(128.538)	(120.714)	-	-
Taxa de Fiscalização	(9.506)	(476)	-	-
Seguros e outros	(82.076)	(54.641)	-	-
Depreciação e amortização	(210.625)	(185.203)	-	-
Difícil de uso de arrendamento (f)	(139.365)	(102.199)	-	-
Total de custos operacionais	(2.618.452)	(1.288.639)		

(a) O consumo de gás ocorreu da seguinte forma:

	2021	2020
	Geração de energia	(1.441.914)
Gás vaporizado (Boil-off gas - BOG)	(1.810)	(9.588)
Custo com consumo de gás	(1.443.724)	(273.563)
Finalidade por não comprar um volume mínimo de gás determinado no contrato (Take or Pay - ToP) (i)	(1.147)	(149.261)
Total	(1.444.871)	(422.824)

(b) Custo com consumo de gás (a):

2021	2020	
Custo com venda de gás (a)	(1.446.203)	(226.071)

(i) Em 2020, devido ao reduzido despacho por ordem de mérito - apenas 1 (uma) semana operativa -, a controladora CELSE comprou uma quantidade muito pequena de GNL, do fornecedor Calagras Operating Company Limited e teve que pagar o Take or Pay de R\$ 62.810, sendo que em março de 2020, também tiveram o ToP reduzido a uma carga operacional da Petrolbras Global Trading BV, no montante de R\$ 86.451.

(b) A compra de energias ocorreu da seguinte forma:

	2021	2020
Compra de energia para atendimento à resolução 595 (i)	-	(487.825)
Contrato EPESA	-	(25.397)
Compra bilateral	(78.851)	(89.106)
Compra mercado curto prazo (a)	(33.673)	-
C Crédito de PIS/COFINS	-	40.214
Total	(372.309)	(546.613)

(i) No segundo semestre de 2019, para atender à sua obrigação contratual de PPA, que exige a disponibilização de 867 MW, durante os primeiros três meses de 2020, a controladora CELSE, segundo a Resolução 595/2013 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que estabelece critérios para a contratação de energia elétrica em caso de atraso no início da operação comercial, firmou contratos de compra de energia com a Centrais Elétricas de Pernambuco (EPESA). Assim, nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 2020, a controladora CELSE adquiriu em média 867 MW de energia elétrica, entregando a quantidade necessária para cumprir sua obrigação contratual com as 26 distribuidoras.

(ii) De acordo com a entrega efetiva de energia quanto não exigida pelo operador do sistema elétrico nacional é avaliada a preço de mercado da data efetiva da transação, uma vez que as transações de compra e venda de energia foram fechadas na mesma data e a segundo preço à vista na data de cada transação, a controladora CELSE não teve nenhum impacto material como resultado dessas transações.

(iii) Em 04 de fevereiro de 2021, enquanto estava conectado e recebendo energia de rede, o transformador elevador GT-11 teve um curto-circuito interno que, em uma inspeção realizada pelo fabricante, foram verificados danos internos no equipamento. Uma futura desmontagem a ser realizada pela General Electric é esperada enquanto o fabricante do transformador condiz a análise de causa raiz. Entretanto, a controladora CELSE encaminhou um novo transformador e acionou a seguradora. A programação para colocar o GT-11 em operação é final de novembro de 2021. A partir de 28 de agosto de 2021 até 30 de setembro de 2021, o Operador Nacional do Sistema (ONS.S) despatchou a controladora CELSE por ordem de mérito. Entretanto, como o transformador elevador GT-11 não estava em operação, o atendimento de energia no contrato de grandeidade ficou prejudicado, o que acarretou uma compra de energia no mercado de curto prazo (MCP) no montante de aproximadamente 389.026 MWh, equivalente a R\$ 221.565 (PLD médio de R\$ 569.57/MMWh).

(c) A controladora CELSE terceirizou praticamente todos os serviços de operação e manutenção da usina, são eles: (a) contrato de operação e manutenção da usina (contrato O&M e CSA); (ii) contrato de operação e manutenção do navio Golar Nanook (contrato OSA), unidade flutuante de armazenamento e regaseificação (FSRU); e (iii) os contratos com rebocadores. O que explica, por sua vez, o baixo custo operacional com pessoal. Alguns contratos tiveram seu início postergado para o segundo semestre de 2020.

(d) Valores decorrentes da contratação de serviços de transmissão e distribuição, pela prestação dos serviços de transmissão e distribuição, e ao ONS pelo pagamento dos serviços prestados, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados, em conformidade com a regulamentação definida pela ANEEL.

(e) A Companhia adota uma política de seguros baseada na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para os eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. Importante ressaltar que, em 2020, as despesas com seguro passaram a ser apropriadas no resultado a partir de abril de 2020.

(f) De acordo com as regras do IFRS 16, os efeitos do arrendamento do Golar Nanook nas demonstrações financeiras ocorrerão através dos juros e depreciação do ativo do direito de uso.

27	Despesas gerais e administrativas			
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Pessoal e administradores	-	-	(19.444)	(21.712)
Materiais	-	-	(367)	(453)
Serviços de terceiros (a)	(348)	(118)	(39.089)	(29.768)
Seguros	-	-	(1.946)	(1.980)
Tributos	(7)	(30)	(660)	(564)
Alugueis	-	-	(1.236)	(1.102)
Outros	-	-	(2.65)	(989)
Depreciação amortização	-	-	(429)	(486)
Total despesas gerais e administrativas	(355)	(148)	(63.436)	(57.054)
Provisão ressarcimento GBe (b)				
Indenização de seguros (c)	-	-	101.584	-
Baixa transformador da turbina gás (d)	-	-	6.724	-
Outros (e)	-	-	(12.430)	(16.745)
Total	-	-	2.702	66

(a) Serviços de terceiros aumentaram em 2021 devido às despesas com consultores e advogados contratados para dar suporte aos financiadores, com as seguintes estatísticas nos contratos de financiamento.

(b) Ressarcimento do valor líquido de PIS e COFINS.

(c) Em junho de 2021, recebemos da seguradora Swiss Re Corporate Solutions Brasil a indenização do transformador da turbina a vapor no montante de R\$ 8.724 (valor líquido de PIS e COFINS).

(d) A controladora CELSE reconhece o write-off (baixa do ativo) do transformador da turbina a gás no montante de R\$ 12.430 em 2021 e do transformador da turbina a gás (GT-11) no montante de R\$ 16.814 em 2020; e

(e) A controladora CELSE vendeu algumas usinas usadas na construção da usina.

28	Resultado financeiro			
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Varição cambial ativa (a)	10.975	250	57.892	13.786
Varição cambial de arrendamento (c)	-	-	-	178.269
Rendimento de aplicações financeiras	-	-	26.006	13.385
Gainho Swap / Hedge (b)	7.132	-	7.132	-
Outras	-	-	1.158	529
Total	18.107	250	92.188	205.669
Despesas financeiras				
Encargos das dívidas	(4.497)	(7.075)	(136.857)	(115.226)
Juros empréstimos	(87.156)	(73.583)	(265.044)	(207.228)
Juros de debêntures	-	-	(315.427)	(257.409)
Varição monetária e cambial dívida	(65.146)	(95.609)	(268.097)	(225.253)
Encargos empréstimo capital de giro	-	-	(1.992)	-
Juros empréstimo capital de giro	-	-	(18.078)	-
Fianças Bancárias	-	-	(27.546)	-
Varição cambial de arrendamento (c)	-	-	(281.495)	(40.647)
Juros de passivo de arrendamento (c)	-	-	(184.743)	(140.552)
Juros de passivos de contrato de mútuo (d)	(1.542)	(232)	(1.542)	(232)
Perda Swap / Hedge (b)	(19.342)	(8.590)	(19.342)	(8.590)
PIS e COFINS sobre receita financeira	-	-	(2.429)	(463)
Outras variações cambiais (a)	-	-	(28.624)	(10.648)
Outros	(2)	(11)	(27.800)	(3.318)
Total	(177.685)	(185.100)	(1.579.016)	(1.009.566)
Resultado financeiro líquido	(159.578)	(184.850)	(1.486.828)	(803.597)

(a) Ganhos ou perdas de variação cambial sobre movimentações bancárias e pagamentos à fornecedores estrangeiros e encargos de dividas; e

(b) Ganhos ou perdas devido ao valor justo de contratos de opções de venda de câmbio;

(c) Valores referentes a juros e variação cambial sobre passivos de arrendamentos do Golar Nanook (BBC);

(d) Juros incidentes nos contratos de mútuo entre a CELSEPAR e seus acionistas; e

29 Instrumentos financeiros
 Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o seu desempenho financeiro futuro. O gerenciamento de risco financeiro da Companhia é controlado pela área financeira sob políticas aprovadas pelo seu Conselho de Administração. O Conselho financeiro principal escritos para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez.

A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança de seus investidores e credores, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

Classificação contábil e valores justos
 A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros na Companhia, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor justo é uma aproximação razoável do valor justo.

Ativos financeiros

31 de dezembro de 2021			
	Ativos financeiros ao custo amortizado	Total	Nível 2
(Em milhões de Reais)			
Ativos financeiros mensurados ao valor justo			
Aplicação financeira	183.940	183.940	183.940
Aplicação financeira - DSRa	441.716	441.716	441.716
Aplicação financeira - DSPA	104.405	104.405	104.405
Total	730.061	730.061	730.061
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo			
Contas a receber	684.571	684.571	-
Contas a receber - outros créditos	345.468	345.468	-
Caixa e depósitos bancários a vista	183.502	183.502	-
Total	1.213.541	1.213.541	
Total	1.943.602	1.943.602	

31 de dezembro de 2020				
	Valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros ao custo amortizado	Total	Nível 2
(Em milhões de Reais)				
Ativos financeiros mensurados ao valor justo				
Aplicação financeira	-	208.816	208.816	208.816
Aplicação financeira - DSRa	-	454.114	454.114	454.114
Instrumentos financeiros derivativos	12.210	-	12.210	12.210
Total	12.210	662.930	675.140	675.140
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Contas a receber	-	279.223	279.223	-
Contas a receber - outros créditos	-	17.779	17.779	-
Caixa e depósitos bancários a vista	-	83.095	83.095	-
Total	-	380.097	380.097	
Total	12.210	1.043.027	1.055.237	

31 de dezembro de 2020				
	Valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros ao custo amortizado	Total	Nível 2
(Em milhões de Reais)				
Ativos financeiros mensurados ao valor justo				
Aplicação financeira	-	208.816	208.816	208.816
Aplicação financeira - DSRa	-	454.114	454.114	454.114
Instrumentos financeiros derivativos	12.210	-	12.210	12.210
Total	12.210	662.930	675.140	675.140
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Contas a receber	-	279.223	279.223	-
Contas a receber - outros créditos	-	17.779	17.779	-
Caixa e depósitos bancários a vista	-	83.095	83.095	-
Total	-	380.097	380.097	
Total	12.210	1.043.027	1.055.237	

Passivos financeiros				
31 de dezembro de 2021				
	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total	Nível 2	
(Em milhões de Reais)				
Emissão de debênture em moeda nacional				
Emissão de debênture em moeda nacional	(2.499.319)	(2.499.319)	-	-
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(1.618.989)	(1.618.989)	-	-
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	(1.285.347)	(1.285.347)	-	-
Empréstimos capital de giro	(460.473)	(460.473)	-	-
Fornecedores	(557.736)	(557.736)	-	-
Empréstimos com partes relacionadas	(23.375)	(23.375)	-	-
Arrendamentos a pagar	(3.492.948)	(3.492.948)	-	-
Contas a Pagar - Outros débitos	(100.298)	(100.298)	-	-
Total	(10.038.485)	(10.038.485)		

31 de dezembro de 2020				
	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total	Nível 2	
(Em milhões de Reais)				
Emissão de debênture em moeda nacional				
Emissão de debênture em moeda nacional	(2.571.041)	(2.571.041)	-	-
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(1.539.539)	(1.539.539)	-	-
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	(1.131.615)	(1.131.615)	-	-
Fornecedores	(313.493)	(313.493)	-	-
Empréstimos com partes relacionadas	(21.032)	(21.032)	-	-
Arrendamentos a pagar	(3.228.689)	(3.228.689)	-	-
Contas a Pagar - Outros débitos				